

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Sustentabilidade é bom negócio.....	2
Título: Ministro do PSB contraria partido e fica no cargo.....	3
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	4
Título: Movido a eletricidade	4
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Eletrobras garante sucesso de leilão para sistemas isolados	7
Título: Apesar de rompimento, ministro do PSB deve continuar	8
Título: Curtas	9
Título: Entrave entre Eletropaulo e Novo Mercado.....	10
Título: Samarco está entre os desafios de Fabio Schvartsman na Vale	11

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Marina Grossi****Título: Sustentabilidade é bom negócio**

A ciência mostra que não temos tempo a perder e reivindica ações de impacto em relação às mudanças climáticas. Recentemente, a Marcha pela Ciência, originada em Washington, ganhou o mundo com este propósito, em clara resposta às posturas adotadas por Donald Trump. Um estudo recém-lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) aponta que ignorar esta agenda é, além de um desprezo à ciência, um mau negócio.

O estudo analisa as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa que o Brasil assumiu no contexto do Acordo de Paris e conclui que elas abrem inegáveis oportunidades econômicas. Uma janela que pode permitir ao país reordenar seu modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis e reposicionar-se de maneira mais competitiva na nova agenda global que vai até 2030.

Estima-se que o setor de floresta e uso da terra, responsável hoje por mais de 50% das emissões do país, passe a contribuir com uma emissão líquida negativa em 2030, removendo 131 milhões tCO₂e da atmosfera. Para isso, além de controlar o desmatamento ilegal, devemos impulsionar o uso múltiplo das florestas. O aproveitamento de áreas florestadas tem efeito sinérgico com outras metas brasileiras.

Considerando o compromisso de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030, o plantio de espécies vegetais produtivas é uma dessas oportunidades, pois dá rápido retorno ao investimento. Na cadeia da restauração florestal, a demanda por insumos pode aportar, durante 30 meses, cerca de R\$ 13 mil por hectare restaurado.

A agropecuária terá o desafio de aumentar sua produção sem incorporar novas áreas nem ameaças aos biomas. É possível quadruplicar a produtividade aplicando práticas como a recuperação de pastagens degradadas e a integração de lavoura pecuária floresta, além de destacar as oportunidades que surgirão com a criação de novos mercados por meio das cotas de reserva ambiental e dos pagamentos por serviços ambientais, que tornarão menos custosa a eliminação do déficit de manter e/ou recuperar reservas legais e Áreas de Preservação Permanente. Ainda será fundamental intensificar o Programa Agricultura de Baixo Carbono e a já avançada inovação tecnológica.

Já no setor de energia, o crescimento da oferta de fontes renováveis demandará significativa ampliação da capacidade instalada atual, especialmente para a produção de etanol. A NDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas, na sigla em inglês) prevê expansão da produção de etanol para 45 bilhões de litros em 2025 e para 54 bilhões em 2030. Também são esperadas a redução nos custos de tecnologias fotovoltaicas e eólicas e a modernização da infraestrutura de geração e distribuição de eletricidade.

A eficiência energética será crucial para a indústria atingir suas metas, assim como a eficiência nos processos: o aproveitamento de resíduos na forma de uma economia circular pode trazer grandes ganhos de receita no longo prazo. Vale ressaltar que 40% do potencial de mitigação do setor permitem rápido retorno do investimento.

Investimentos na infraestrutura de transporte de baixo carbono têm o potencial de reduzir os custos de frete e beneficiar os setores industrial e agropecuário. A integração modal, com a ampliação de transportes aquaviários e ferroviários, pode significar uma redução de mais de 50% no custo total da tonelada transportada por quilômetro. Além disso, a eletrificação do modal ferroviário e o desenvolvimento de sistemas híbridos de propulsão em embarcações podem reduzir o consumo energético em até 33%.

Definitivamente, a nova economia de baixo carbono é um bom negócio para o Brasil.

Marina Grossi é presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: Ministro do PSB contraria partido e fica no cargo

Partido fez reunião e decidiu pedir renúncia do presidente Temer

Apesar de o PSB ter anunciado no sábado o rompimento com o governo, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, conversou com o presidente Michel Temer e informou que ficará no governo. O ministro vem liderando a ala da legenda que ajuda a dar sustentação ao governo no Congresso. Na reforma trabalhista, 14 dos 35 deputados do partido apoiaram a proposta do governo, apesar da posição contrária do partido.

No sábado, o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, afirmou que sugeriu ao ministro que deixasse o posto, mas que ele não era obrigado a fazê-lo.— O ministro não é indicação do partido. Eu já sugeri que ele deixasse o cargo, ele admitiu que iria pensar. Portanto, ele tem liberdade para ficar, mas não em nome do partido — explicou.

Em reunião da Comissão Executiva, o PSB decidiu partir para a oposição e pedir a renúncia do presidente Michel Temer, porque considera que ele perdeu as condições de governar. Os socialistas também decidiram apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), que antecipa as eleições diretas para presidente da República. Pela Constituição, em caso de vacância da Presidência a menos de dois anos do fim do mandato tem de ser feita uma eleição indireta no Congresso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Luiz Calcagno

Título: Movido a eletricidade

Um porta-malas repleto de baterias de íon-lítio ligadas em série a um carregador e a um distribuidor e, sob o capô, um motor que funciona sem ruídos ou trepidações: caixas negras repletas de fios e tomadas. A descrição, que bem poderia sair de um filme de ficção científica, é a do motor elétrico de um modelo Gol G4, de cor branca, com placa do Distrito Federal. Ele é o primeiro carro elétrico feito na capital. O protótipo foi, na verdade, modificado, a partir do motor à explosão do modelo.

O projeto do militar reformado Elifas Chaves Gurgel, 63 anos, morador da Asa Norte, é, ainda, “um laboratório sobre rodas”. O engenheiro de computação, apaixonado por eletrônica e mecânica, trabalha, agora, em um dispositivo para que o medidor de combustível do veículo adaptado indique com precisão a carga das baterias.

O Gol elétrico tem autonomia de 150km e gasta, para cada R\$ 100 de gasolina, R\$ 30 de eletricidade, abastecido em uma tomada caseira, com um fio de alimentação mais grosso, equivalente ao do chuveiro. Ele está feliz com os resultados. Mas a semente do projeto vai além de uma realização pessoal. “Os trabalhos começaram quando percebi que a pauta de meio ambiente ganhava espaço no Brasil e no mundo. Decidi fazer algo que me dá prazer e traz um ganho para a natureza”, explica. Nascido em Fortaleza, Elifas Chaves Gurgel formou-se em engenharia da computação no Rio de Janeiro e, posteriormente, radicou-se brasileiro.

Os trabalhos do projeto começaram em junho de 2008, com a compra do carro. Ele também fez um workshop de conversão de veículos nos Estados Unidos e, de lá para cá, o motor elétrico desenvolvido passou por diversos aprimoramentos. Ele explica, porém, que não precisou refazer nenhuma etapa. “Era muito caro. Eu tive ajuda do Banco do Nordeste, de uma linha de financiamento chamada Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Eles ajudaram com R\$ 50 mil e eu entrei com cerca de R\$ 10 mil. Mesmo assim, o dinheiro era curto para o projeto. Tudo tinha que ser bem planejado”, ressalta.

Os R\$ 60 mil citados referem-se aos custos do material e não incluem o preço do Gol, as horas de trabalho, o projeto de engenharia e tudo o que foi gasto com viagens e estudo. O idealizador espera que a fabricação barateie a produção e que mais pessoas se interessem pelo procedimento. Outra vantagem é que, nessas condições, novos avanços aconteceriam, otimizando os motores. Uma produção em massa seria, ainda, menos poluente que a usada hoje, e tornaria as tecnologias desenvolvidas pelo idealizador mais acessíveis.

Consciente disso, o engenheiro também trabalha pela difusão, fazendo palestras pelo Brasil. Ele desenvolveu ainda um curso de conversão de veículos. Interessados aprenderão a fazer a adaptação dos motores. “Um motor à explosão tem cerca de 200 partes móveis. Um elétrico tem três. Com isso, o aproveitamento de energia é bem maior. A perda é de 10%, enquanto nos motores à gasolina e a álcool, por exemplo, essa perda pode chegar a 70%”, compara.

Com a mão na massa

Um amigo do militar reformado cedeu espaço em um galpão, na Cidade do Automóvel, para que ele trabalhasse na montagem, que também foi feita no Museu do Automóvel e na garagem de Elifas. Uma das peças teve que ser feita do zero, em uma torneadora de Taguatinga. O equipamento realiza o acoplamento do motor elétrico ao câmbio do veículo, permitindo a navegabilidade. O acelerador também foi melhorado nos últimos anos. A peça, inicialmente eletromecânica, tornou-se 100% eletrônica e responde com muito mais precisão. “Cada solda era pensada e testada e o projeto, sempre revisto, para que não houvesse erro”, detalha o idealizador do veículo.

A cada etapa da construção, eram necessárias novas peças, tanto para o motor em si, quanto para o acabamento. Mangueiras de gás, presilhas de jatos de jardim e até borrachas de portas de fusca serviram de matéria-prima para que ele preparasse, por exemplo, a caixa de baterias de lítio no porta-malas do veículo, que pesa 224kg. Ele também teve ajuda da Faculdade de Engenharia da Universidade de Fortaleza, onde está encubada a 4GVE, empresa criada por Elifas para colocar o veículo rodando dentro da lei.

Tecnologias a favor

O feito de Elifas só foi possível graças ao avanço da tecnologia e dos debates em torno dos carros elétricos. “Eu comecei a pesquisar como o assunto era tratado no mundo. Sabia que não era uma novidade. Em 1900, existiam mais carros com motores elétricos que a gasolina. Mas, com o tempo, o motor a explosão ganhou espaço. Em partes, por conta da disponibilidade de combustíveis fósseis e, também, por conta da baixa tecnologia disponível para baterias à época”, conta. Ele concluiu, primeiro, que teria que escolher um caminho. Ou começava do zero, na prancheta, ou aproveitava a engenharia dos motores de explosão para o veículo elétrico. “A segunda era mais viável e mais rápida.”

O militar reformado destaca que empresas como a Mitsubishi já fazem esse aproveitamento de engenharia. A alemã Smart, do grupo Daimler AG, também o inspirou. “Eles oferecem o veículo em duas versões, de combustão e elétrico. “O Up e o Golf, da Volkswagen, também. Eu optei pela transformação de um carro nacional e popular. Em 2008, ele estava entre os mais vendidos e é um carro de fácil manutenção. Enfrentei vários imbróglios burocráticos, principalmente com a importação de peças. São incontáveis taxas. E, também, queria deixar o veículo pronto para rodar. Não havia amparo legal na legislação para que eu circulasse com o carro”, recorda.

O Gol de Elifas já rodou 78 mil km e deixou de lançar na atmosfera cerca de 14,6 mil kg de gás carbônico. É carregado durante a noite e leva cerca de seis horas para ficar com as baterias 100% abastecidas. O veículo participou do 10º Challenge Bibedum de mobilidade sustentável, no Rio de Janeiro (RJ), e esteve exposto no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, durante o Congresso Internacional de Energias Renováveis e Sustentabilidade (CIERS).

Carga no carro e no celular

As baterias usadas no Gol obedecem ao mesmo processo das dos smartphones. Bem menos poluente que a bateria de chumbo-ácido, tradicionalmente utilizadas em veículos, a tecnologia foi desenvolvida em 1912 e passou a ser viabilizada comercialmente na década de 1970. As baterias de íon-lítio têm durabilidade maior, não viciam, usam produtos menos poluentes que o chumbo ou o cádmio e, para veículos, têm uma vida útil de 10 anos, sendo que ainda podem ser reutilizadas por mais 10 anos em outros equipamentos, como nobreaks, por exemplo.

Combustíveis fósseis

O motor à explosão, ou motor de combustão interna, usa a energia produzida em uma explosão controlada para produzir movimento. Uma reação química no

interior da máquina provoca movimentos de expansão e compressão, que são usados para a realização de um trabalho específico. No caso do carro, faz girar as rodas após o engate. Nos carros de passeio e motocicletas, por exemplo, abastecidos com gasolina e álcool, a ignição da explosão é causada por uma faísca. Em veículos a diesel, é provocada por uma compressão.

Exemplo a ser divulgado

O carro elétrico projetado e montado em Brasília por Elifas Chaves Gurgel foi um dos símbolos do Congresso Internacional de Energias Renováveis e Sustentabilidade (Ciers), que ocorreu na semana passada em Brasília. O encontro técnico científico promoveu debates sobre energias renováveis, desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e acordos internacionais de cooperação. O evento, promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Portugal Centro-Oeste e pela Federação das Câmaras de Comércio Exterior, contou com a presença de especialistas de diversas áreas, representantes de diversos ministérios e de estudantes da Universidade de Brasília (UnB), do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), da Universidade Católica e do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Eletrobras garante sucesso de leilão para sistemas isolados

A Eletrobras Distribuição Amazonas contratou 297 megawatts (MW) de potência em projetos de geração nos sistemas isolados, durante leilão na sexta-feira, com investimentos estimados da ordem de R\$ 982,4 milhões, segundo os cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os projetos, de térmicas a diesel ou biodiesel, irão fornecer energia a localidades que ainda não foram interligadas no Sistema Interligado Nacional (SIN) no estado do Amazonas.

Os deságios variaram entre 20% e 43,4%, numa média de desconto de 28,22% em relação aos preços máximos que tinham sido estabelecidos pela Aneel. Isso representa uma economia de R\$ 5,3 bilhões para os consumidores.

Os preços da energia variaram de R\$ 275,76 por megawatt-hora (MWh) a R\$ 1.287,99 por MWh, chegando a um total de R\$ 7.742,74 por MWh. O custo da energia nos sistemas isolados é mais elevado devido à necessidade de transporte de combustíveis para localidades de difícil acesso, além do próprio custo maior do diesel, entre outros fatores.

Para isso, todos os consumidores encargos setoriais que ajudam a subsidiar a energia nos sistemas isolados, por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), dentro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Marcelo Ribeiro e Andréa Jubé

Título: Apesar de rompimento, ministro do PSB deve continuar

Mesmo após a decisão de desembarque do governo pelo PSB, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, deve ficar no cargo. A informação foi dada pelo chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, ao Valor. De acordo com ele, Coelho Filho e seu pai, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), estiveram com o presidente Michel Temer no sábado e o ministro afirmou no encontro que "não deixará a pasta".

A interlocutores próximos, Coelho Filho - deputado federal licenciado pelo partido - disse que tem gratidão por Temer. Ele não só foi escolhido para uma pasta expressiva aos 32 anos, tornando-se o ministro mais jovem da Esplanada, como sentiu respaldo do Palácio do Planalto para decisões importantes. Isso envolve a assinatura de uma medida provisória no ano passado e de decretos presidenciais com mudanças na regulação do setor elétrico, além de liberdade para nomear "medalhães" do setor privado a cargos estratégicos.

A lista de pesos-pesados trazidos pelo ministro é composta por um trio: Wilson Ferreira (presidente da Eletrobras), Paulo Pedrosa (secretário-executivo do ministério) e Luiz Barroso (Empresa de Pesquisa Energética). Independentemente do desfecho de Temer, o mercado pede a permanência dos três. Todos eles têm ampla experiência na iniciativa privada. "Seria importantíssimo para dar continuidade à modernização do setor", diz o executivo de uma grande associação empresarial.

Há ceticismo no mercado, entretanto, quanto às chances de avanço na medida provisória que estava sendo pensada como uma reforma no setor. Ela promoveria alterações no sistema de cotas das hidrelétricas que tiveram concessões renovadas em 2012, mexeria com os critérios de habilitação dos consumidores livres para escolher seus fornecedores e mudaria a forma de venda da energia produzida pela usina binacional de Itaipu. A sensação generalizada entre os investidores é de que, seja qual for a solução para o agravamento da crise política, não há condições de tocar uma agenda muito ambiciosa nas próximas semanas - talvez meses.

A gestão do ministro tem sido bem avaliada pelo mercado, especialmente por medidas tomadas na área de petróleo e gás, como a flexibilização das exigências de conteúdo nacional e o fim da obrigatoriedade da Petrobras nos leilões do pré-sal. Nos últimos dias, vinha se dedicando a mudanças no setor de mineração - o aumento dos royalties e a criação de uma agência reguladora.

No fim de semana, Coelho Filho pediu um prazo ao presidente do PSB, Carlos Siqueira, para decidir se devolverá o cargo ou permanecerá no comando da pasta. Se essa hipótese for confirmada, o ministro provavelmente terá que trocar de partido. A decisão será apresentada nesta semana. Ao Valor, ele preferiu não fazer comentários sobre sua permanência ou não.

"Nós não indicamos cargos no governo Temer, o ministro é da cota pessoal do presidente", disse o secretário-geral do PSB, Renato Casagrande. No sábado, a Executiva Nacional do partido se reuniu para decidir que a sigla vai pedir a renúncia de Temer e apoiar uma proposta de emenda constitucional (PEC) para a realização de eleições diretas. (Colaborou Daniel Rittner)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

RWE e Engie juntas

A RWE e a Engie estão estudando uma possível troca de ações que poderia criar uma gigante franco-alemã de redes elétricas, renováveis e serviços de energia com valor de mercado de cerca de € 50 bilhões (US\$ 55,8 bilhões), informou a Reuters. Uma aliança entre Engie e RWE representaria um marco, pois seria a primeira empresa de energia elétrica verdadeiramente internacional da Europa desde que a União Europeia começou a fazer esforços para criar um mercado único de eletricidade décadas atrás. As opções sendo estudadas poderiam envolver a RWE trocando parte ou toda sua participação majoritária na empresa de renováveis e distribuição Innogy em troca de uma participação minoritária na Engie, disseram quatro fontes de bancos de investimento à Reuters. "Há conversas em andamento, mas isso não significa que elas terão sucesso", disse uma fonte no governo francês.

Renova cancela contrato

A Renova Energia cancelou permanentemente 188,2 megawatts (MW) médios em contratos de energia eólica na rodada mais recente do mecanismo de compensação de sobras e déficits (MSCD), que teve o resultado preliminar

anunciado na sexta-feira pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Segundo a companhia, o resultado da operação é um passo significativo, pois reduz a necessidade de investimentos no médio prazo e mitiga os riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques eólicos. Com o cancelamento, a capacidade contratada da companhia em 2020 saiu de 1.979,3 MW médios para 1.605,9 MW médios, redução de 19%.

Código para barragens

O DNPM publicou portaria para fortalecer os mecanismos de monitoramento de barragens de mineração. O assunto ganhou relevância no governo após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana, em 2005. O ato cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, o Sistema Integrado de Gestão em Segurança de Barragens de Mineração, além de estabelecer regras para o cumprimento do Plano de Segurança da Barragem. Segundo a portaria, a empresa é obrigada a cadastrar todas as barragens de mineração em construção, em operação e desativadas sob sua responsabilidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Thais Carranço e Camila Maia

Título: Entrave entre Eletropaulo e Novo Mercado

A Eletropaulo pode repensar a migração para o Novo Mercado caso o exercício do direito de retirada leve a um consumo elevado do caixa, segundo avaliação do Citi, em relatório enviado a clientes.

No processo de migração para o segmento de maior nível de governança da B3 (antiga BM&FBovespa), haverá a conversão das ações preferenciais para ordinárias, na razão de uma para uma.

Pelas regras do mercado, os minoritários têm um direito de retirada, que é a opção de vender suas ações para a própria companhia nesse processo. Os minoritários podem optar pelo valor das ações no mercado (R\$ 13,31 na sexta-feira) ou pelo valor patrimonial (R\$ 12,20, segundo o Citi).

Na semana passada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) definiu que o cálculo do valor do patrimônio líquido que servirá de base para o pagamento do direito de retirada deve incluir a reserva especial de ágio registrada em 31 de dezembro de 2016 no balanço patrimonial da Eletropaulo. A companhia pretende recorrer da decisão.

O problema é que isso eleva significativamente o valor do preço por ação com base no patrimônio líquido, o que pode incentivar acionistas minoritários a exercer o direito de retirada - o que iria drenar o caixa da empresa.

Pelas contas do Citi, a inclusão das reservas, que somam R\$ 671 milhões, eleva o preço por ação com base no patrimônio líquido em R\$ 4, para R\$ 16,20. Esse seria o preço de recesso a ser pago para os acionistas preferenciais que rejeitarem o negócio ou se absterem de votar ou estiverem ausentes da assembleia que examina a entrada no Novo Mercado.

"Precificação é chave para completar a conversão das ações", avalia o analista Marcelo Britto, no relatório. "Os minoritários enfrentam um dilema porque para a conversão das ações acontecer, uma porção relevante dos acionistas preferenciais não pode optar pela retirada."

Assim, a ação deve ser negociada a um desconto do seu valor patrimonial devido às incertezas quanto à conclusão do negócio.

Em nota, a Eletropaulo disse ao Valor que continua comprometida com a migração para o Novo Mercado, pois a iniciativa está alinhada à sua estratégia de criação de valor da companhia. "O entendimento da empresa continua sendo no sentido de que a reserva de ágio não deve fazer parte da base de cálculo do valor do reembolso no direito de recesso, e apresentará recurso ao colegiado da CVM."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro, Renato Rostás e Stella Fontes

Título: Samarco está entre os desafios de Fabio Schvartsman na Vale

É consenso, entre investidores e especialistas, que o principal desafio de Fabio Schvartsman à frente da Vale é a reestruturação societária em curso e a ida da empresa para novo nível de governança corporativa, com listagem das ações no Novo Mercado da B3 (ex-BM&FBovespa). O executivo, de 63 anos, que comandou a fabricante de celulose e papelão Klabin desde 2011, assume a presidência-executiva, hoje, no Rio.

Não menos importante é o caso do desastre ambiental da Samarco, em Mariana (MG), que completou um ano e meio dia 5. Sem precedentes, o desastre deixou bastante arranhada a imagem da Vale por não mostrar uma atitude pró-ativa nos primeiros momentos do problema. Sua sócia na produtora de pelotas de ferro é a anglo-australiana BHP. Sob pressão de várias ações judiciais, as duas empresas terão de reparar danos bilionários.

Schvartsman, escolhido no fim de março num processo coordenado por um comitê formado pela holding Valepar e conduzido pela empresa de headhunting Spencer Stuart, substituiu Murilo Ferreira. Ele torna-se o quinto presidente desde a privatização da companhia, em maio de 1997.

Graduado e pós-graduado em Engenharia de Produção pela USP e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, antes da Klabin teve passagens por Duratex, San Antonio e Telemar. Na Ultrapar, dona do grupo Ultra, trabalhou 22 anos, até 2007. É visto como o gestor certo - dadas suas experiências no Ultra e Klabin - para comandar a reorganização societária da Vale, levá-la a um novo patamar em gestão e governança, bem como reposicionar seu portfólio de negócios.

Para uma fonte que conhece bem o setor e a companhia, o momento da Vale não é para "fazer experiências". A empresa vai ter uma transição de grupo de controle com forte influência de governo para uma gestão mais voltada para o mercado, comenta.

A reestruturação societária, para virar "uma corporation sem controle definido", é um desafio gigantesco, diz Marco Saravalle, analista da XP Investimentos. "Parece fácil mas não é, pois vai ter de atender aos interesses de todos, do grupo de controle até o minoritário, sujeitos a divergências".

Companhia tem ainda uma dívida elevada, de US\$ 22,8 bilhões, e seus resultados dependentes do minério de ferro

Para o analista, esse é o ponto crucial no mandato de Schvartsman. Um processo que vai requerer bom tempo para ser consolidado. Para executar seu modelo de gestão, que é austero e focado, ele precisa de no mínimo três anos, diz. No dia a dia, as coisas estão bem encaminhadas: Murilo Ferreira deixa de pé o grande projeto da década da Vale, o S11D, de minério de ferro, em Carajás, que tem baixo custo e elevada rentabilidade.

A desalavancagem financeira é outro ponto de atenção, embora esteja controlada. No fim de março, a Vale fechou com dívida líquida de US\$ 22,8 bilhões. A gestão que saiu traçou meta de redução para US\$ 15 bilhões a US\$ 17 bilhões até o fim deste ano. A queda vem ocorrendo por força de intensa venda de ativos e teve a contribuição da geração de caixa - atingiu US\$ 12,2 bilhões em 2016 -, beneficiada nos dois últimos trimestres pela recuperação dos preços do minério de ferro e melhorias nas áreas de metais e carvão.

A empresa que Schvartsman recebe tem 50% dos ativos - essencialmente a área de ferrosos, com minério de ferro à frente - gerando 90% do resultado operacional (Ebitda). Os outros 50%, que são cobre, níquel, logística, carvão e

outros (fertilizantes foi vendida recentemente) geram apenas 10%. A pergunta que se faz é o que a Vale irá fazer com níquel, cobre e carvão. No carvão, que só agora começa a gerar resultado positivo, a escala de produção é considerada baixa para ser uma player global.

Pela atuação do executivo na Klabin, que elevou rentabilidade operacional e margens do negócio, o mercado ficou tranquilo com sua escolha para presidir a Vale. "Deve continuar a austeridade e busca por eficiência", afirma Saravalle, da XP. Ele vê um cenário ainda difícil do minério, que viveu um surto de recuperação, sem fundamentos, além de 90 a tonelada. Diz que os US\$ 60 atuais parecem ser um piso sustentável para a Vale. E deve manter o ajuste de ativos não estratégicos para se concentrar naquilo que é a sua especialidade.

Segundo disseram fontes ao Valor, Schvartsman terá a chance única de fazer um trabalho de transformação na Vale, pois ele começa com o tema da reorganização societária e da governança - que é a sua praia. Até o fim do ano, ficará na ponte aérea semanal São Paulo-Rio, mas seu horizonte é de se estabelecer para um ciclo além dos dois anos acertados com os acionistas. Não chega cru: desde o início de abril vem fazendo a transição com Ferreira e seus diretores.

Uma receita anual na casa de US\$ 30 bilhões e uma geração de caixa enorme puxada por minério de ferro, a Vale criou deslumbramento para muitos executivos que sonhavam conduzi-la. Para Schvartsman, avaliam pessoas próximas, são os vários desafios que ela tem que o estimularam.

Procurado para conceder entrevista, informou que não era hora.

MME / ASCOM .